

Aprovo.

Rui Francisco  
Comodoro

Secretário-Geral Adjunto do  
Ministério da Defesa Nacional

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

***CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
SUPORTE E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DMZ E  
BACKUPS DO CENTRO DE DADOS DA DEFESA (CDD)***

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

PROCEDIMENTO N.º 65/AP-UMC/2023



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL



## ÍNDICE

SECÇÃO I .....	3
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Artigo 1.º - Objeto do Concurso .....	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar e fundamentação.....	3
Artigo 4.º - Agrupamentos .....	4
SECÇÃO II.....	4
PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	4
Artigo 5.º - Disponibilização das Peças de Procedimento .....	4
Artigo 6.º - Júri do Procedimento .....	4
Artigo 7.º - Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento .....	5
Artigo 8.º - Erros e omissões do Caderno de Encargos.....	5
Artigo 9.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas .....	6
SECÇÃO III.....	7
PROPOSTAS .....	7
Artigo 10.º - Documentos que constituem a proposta .....	7
Artigo 11.º - Prazo e modo de entrega das propostas .....	9
Artigo 12.º - Propostas variantes .....	10
Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas .....	10
Artigo 14.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	10
Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre a proposta .....	10
Artigo 16.º - Exclusão das Propostas .....	11
Artigo 17.º - Relatório Preliminar .....	12
Artigo 18.º - Audiência Prévia.....	12
Artigo 19.º - Relatório Final .....	12
SECÇÃO IV.....	13
ADJUDICAÇÃO .....	13
Artigo 20.º - Critério de adjudicação .....	13
Artigo 21.º - Critério de Desempate.....	13
Artigo 22.º - Adjudicação .....	13



Artigo 23.º - Negociação .....	13
Artigo 24.º - Decisão e notificação de adjudicação .....	13
Artigo 25.º - Causas de não adjudicação .....	14
Artigo 26.º - Documentos de habilitação .....	14
Artigo 27.º - Falsidade de documentos e de declarações .....	14
Artigo 28.º - Prestação de caução .....	15
Artigo 29.º - Reclamações contra a minuta .....	15
Artigo 30.º - Celebração do contrato .....	15
SECÇÃO IV.....	16
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16
Artigo 31.º - Prazos .....	16
Artigo 32.º - Legislação Aplicável .....	16
Artigo 33.º - Foro Competente.....	16
ANEXO I.....	17
Composição do Júri.....	17
Anexo II.....	18
Modelo de declaração .....	18
Anexo III .....	20
<b>[Ficheiro <i>Formulário da Proposta.xls</i>] .....</b>	<b>20</b>
ANEXO IV .....	21
Regulamento do Sorteio de Desempate das Propostas .....	21
Anexo V.....	22
Modelo de declaração .....	22



## SECÇÃO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1.º - Objeto do Concurso

1. Atendendo a que o valor do contrato a celebrar é inferior aos limiares europeus de contratação pública, o presente procedimento segue a tramitação do concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, e 130.º a 154.º todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação.
2. O presente procedimento tem por objeto a apresentação de proposta para celebração de um contrato de aquisição de Serviços de Suporte e Manutenção da Infraestrutura DMZ e Backups do Centro de Dados da Defesa (CDD), nos termos e condições previstas no Caderno de Encargos.
3. O contrato celebrado na sequência do presente procedimento regulará, nos termos que resultam do Caderno de Encargos, as relações contratuais futuras a estabelecer entre o adjudicatário e a entidade adjudicante, bem como os poderes de monitorização do contrato por parte da entidade adjudicante.

#### Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado através da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, abreviadamente designada por SGMDN, pessoa coletiva número 600 032 205.
2. O presente procedimento será conduzido pela sua Unidade Ministerial de Compras, sita na Avenida Ilha da Madeira, n.º 1 -3.º Piso, 1400-204 Lisboa, com endereço de correio eletrónico [umcompras.mdn@defesa.pt](mailto:umcompras.mdn@defesa.pt)

#### Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar e fundamentação

1. A competência para autorização da despesa indicada caberá ao Senhor Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, Comodoro Rui Alves Francisco, por delegação de competências do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do despacho (extrato) n.º 14090/2024, de 21 de novembro, publicado no DR 2.ª série, n.º 231 de 28 de novembro de 2024.
2. Este processo visa assegurar a aquisição de Serviços de Suporte e Manutenção da Infraestrutura DMZ e Backups do Centro de Dados da Defesa.



#### Artigo 4.º - Agrupamentos

1. Nos termos do artigo 54.º do CCP, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
2. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
3. Quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.

## SECÇÃO II

### PEÇAS DO PROCEDIMENTO

#### Artigo 5.º - Disponibilização das Peças de Procedimento

As peças de procedimento estarão disponíveis através da plataforma eletrónica acingov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no JOUE.

#### Artigo 6.º - Júri do Procedimento

A composição do júri consta do Anexo I ao presente programa de concurso.



### Artigo 7.º - Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos indicados no número anterior devem ser solicitados, por escrito, através da Plataforma Eletrónica acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo o(s) interessado(s) notificado(s) desse facto.
4. Os esclarecimentos serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados, que as tenham obtido, imediatamente notificados desse facto.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### Artigo 8.º - Erros e omissões do Caderno de Encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
  - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas



pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. As retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 9.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido.



### SECÇÃO III

#### PROPOSTAS

##### Artigo 10.º - Documentos que constituem a proposta

A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, e nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 57.º do CCP, e pelos seguintes documentos e nos moldes abaixo indicados, que têm **obrigatoriamente de ser assinados eletronicamente**, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica, sob pena de exclusão:

- a. **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I do presente programa do procedimento, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar a empresa (Anexo II);
- b. **Formulário da Proposta**, conforme **ANEXO III** do presente programa do procedimento, devidamente preenchido, onde o concorrente deve indicar obrigatoriamente os valores unitários propostos para cada tipologia de licença a adquirir ou de serviço manutenção, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor (número máximo de 2 casas decimais).
- c. Com o objetivo da avaliação da proposta, no âmbito dos critérios de adjudicação e critérios de desempate, para o lote 1 e 2, o fornecedor deverá obrigatoriamente disponibilizar na sua proposta um quadro preenchido com os “Períodos de Cobertura Proposto” e “Início da Intervenção Proposto”, cuja estrutura seja semelhante à seguinte:

Níveis de Serviço Propostos		
Objeto	Períodos de Cobertura Proposto	Início da Intervenção Proposto
Hardware		
Software		

- d. Para avaliação da proposta, o adjudicatário deverá obrigatoriamente anexar à mesma um ficheiro (folha de cálculo, como por exemplo o Microsoft Excel) contendo uma tabela (respeitando o formato da tabela seguinte) onde indica, para





cada um dos requisitos e subrequisitos, por cada Lote, sempre que aplicável, a informação numérica e descritiva do requisito e se a proposta responde ou não ao mesmo, devendo justificar de forma sintética e pragmática, mas convincente, por forma a que, em sede de análise das propostas, o júri do procedimento possa compreender devidamente o modo como o concorrente pretende cumprir cada requisito, i.e. ampliando a resposta positiva (Sim), na coluna “Justificação/Observações”:

Funcionalidades Requeridas			
Tabela com Validação de Requisitos			
Requisitos Funcionais			
Requisito	Descrição	Responde (S/N)	Justificação/Observações
[rGer-01]			
....	[rFun-01.01]....		
[rGer-nn]			
Requisitos de Segurança			
Requisito	Descrição	Responde (S/N)	Justificação/Observações
[rSus-01]			
[rSus-02]			

Exemplo de preenchimento:

Funcionalidades Requeridas			
Tabela com Validação de Requisitos			
Requisitos Genéricos			
Requisito	Descrição	Respon	Justificação/Observações



		de (S/N)	
[rGer-03]	<i>O fornecedor deve proporcionar, a mão-de-obra, peças de substituição e materiais que sejam necessários para a reparação das anomalias nos equipamentos.</i>	S	<i>Conforme página nn da proposta.</i>

- e. Quaisquer outros documentos que o concorrente, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, considere indispensáveis apresentar;
- f. Nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, a proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, exceto, e nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP, em que se admite a redação em inglês de documentos que integrem a proposta e que respeitem exclusivamente a especificações técnicas.
- g. **Documento que comprove poderes de representação**, se for o caso. Nos casos em que o certificado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade submeter conjuntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- h. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada com uma assinatura eletrónica qualificada da entidade representante comum do agrupamento.

#### Artigo 11.º - Prazo e modo de entrega das propostas

1. A proposta deverá ser enviada até às 23h59 do 9.º (nono) dia a contar da data do envio para publicação em Diário da República.
2. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no sítio da internet [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
3. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Sob pena de exclusão, quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados



pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração a que se refere a alínea a) do artigo 9.º do presente Programa, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 12.º - Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes ou condicionadas.

#### **Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas**

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### **Artigo 14.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma eletrónica em que decorre o presente procedimento a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
2. Os concorrentes poderão consultar a lista referida no número anterior, bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

#### **Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre a proposta**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.



3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada no procedimento, com todos os concorrentes a ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 16.º - Exclusão das Propostas**

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 10.º do Programa do Procedimento e que não cumpram o modo e prazo de apresentação definido no artigo 11.º do Programa do Procedimento;
  - b. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência por aquele Caderno de Encargos;
  - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - d. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
  - e. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
  - f. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - g. Que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, qualquer dos seus membros, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
  - h. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
  - i. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
  - j. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, nos termos previstos no artigo 10.º do Programa de Concurso;
  - k. Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;
  - l. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;



- m. Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos;
- n. Que não respeitem o preço base;
- o. Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista, nomeadamente as situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
- p. Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

#### **Artigo 17.º - Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação no presente Programa do Procedimento.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que integrem alguma causa de exclusão.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

#### **Artigo 18.º - Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o mesmo será enviado pelo júri do procedimento a todos os concorrentes, fixando um prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Artigo 19.º - Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer causa de exclusão.
2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.



## SECÇÃO IV

### ADJUDICAÇÃO

#### Artigo 20.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada pela modalidade “*monofator*”, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado com a avaliação do fator preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, assim, será adjudicada a proposta, que apresente o preço mais baixo para cada um dos lotes.

#### Artigo 21.º - Critério de Desempate

1. Em caso de empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.
2. A notificação do sorteio terá a antecedência mínima de 3 (três) dias para o dia, hora e local onde se realizará o mesmo;
3. A metodologia do sorteio está devidamente identificada no Anexo - IV do presente Programa de Procedimento.

#### Artigo 22.º - Adjudicação

A adjudicação é efetuada ao concorrente que se posicione em primeiro lugar da ordenação final, para cada um dos lotes, ou, em caso de empate, após a aplicação do critério de desempate.

#### Artigo 23.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### Artigo 24.º - Decisão e notificação de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise de propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 81.º do CCP;



- b) Confirmar no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada;
- c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

#### **Artigo 25.º - Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
  - a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem, designadamente quando venha a ocorrer por imperativo da Reforma da Administração Pública, a extinção ou alteração orgânica de serviços que determine a inutilidade para o MDN das ações previstas para o serviço.
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos.

#### **Artigo 26.º - Documentos de habilitação**

1. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da decisão referida no artigo anterior, o adjudicatário deve, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) apresentar:
  - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme anexo V ao presente Programa;
  - b) Documentos de habilitação referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
  - c) Quando a lei exigir aos concorrentes a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o fornecimento objeto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo do mesmo.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 3 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

#### **Artigo 27.º - Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações



determina a caducidade da adjudicação, incorrendo o adjudicatário em contraordenação muito grave, prevista nas alíneas d) ou e) do artigo 456.º do CCP, consoante o caso.

#### **Artigo 28.º - Prestação de caução**

Está dispensada da prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

#### **Artigo 29.º - Reclamações contra a minuta**

1. As reclamações contra a minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, a entidade adjudicante comunica ao reclamante a sua decisão.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi rejeitada.

#### **Artigo 30.º - Celebração do contrato**

1. Em cumprimento do disposto do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Comprovada a prestação de caução, quando aplicável;
  - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se for o caso.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias;
3. A outorga do contrato será realizada através de assinatura por meios eletrónicos.





## SECÇÃO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 31.º - Prazos

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

#### Artigo 32.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso e demais documentos contratuais, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

#### Artigo 33.º - Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato que vier a ser celebrado será exclusivamente competente a jurisdição do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



**ANEXO I**

**Composição do Júri**

(a que se refere o artigo 6.º do presente Programa do Procedimento)

O júri deste procedimento é composto pelos seguintes membros, conforme despacho do Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

**1. MEMBROS EFETIVOS**

Presidente	Henrique Martins dos Santos Cunha
1.º Vogal Efetivo	Paula Cristina Pires Gonçalves
2.º Vogal Efetivo	Carla Alexandra Figueiredo Borges

**2. MEMBROS SUPLENTES**

1.º Vogal Suplente	Ana Cândida Teixeira da Cunha Sena
2.º Vogal Suplente	Rosa Maria Abreu da Silva Costa Soares

Em caso de falta ou impedimento por parte do presidente do júri o mesmo será substituído pelo 1.º Vogal efetivo.



## Anexo II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



Anexo III

[Ficheiro *Formulário da Proposta.xls*]





#### ANEXO IV

##### Regulamento do Sorteio de Desempate das Propostas

(a que se refere o artigo 21.º do Programa do Procedimento)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos seguintes termos:

1. As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
2. Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
3. Os papéis dobrados serão todos introduzidos em saco opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
4. Os papéis serão retirados um a um, pelo presidente do júri, sendo elaborada uma ata que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
5. O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no saco.
6. Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação. Em caso de falta ou impedimento por parte do presidente do Júri o mesmo será substituído pelo 1.º vogal efetivo.
7. Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes, e bem assim outros.
8. Na impossibilidade de comparência de um dos concorrentes que sejam submetidos ao desempate, pode o Júri, antes da realização do sorteio e caso entenda que tal se ficou a dever a facto não imputável ao concorrente, marcar nova data para a realização do mesmo.
9. A falta de comparência que não seja devidamente justificada, implica a realização de sorteio, no local, dia e hora agendados, e o resultado do mesmo será vinculativo para efeitos da ordenação das propostas.



**Anexo V**  
**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

